

Ilmo Senhor Pregoeiro do Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S.A.

RECURSO ADMINISTRATIVO
PREGÃO BANDES ELETRÔNICO Nº 2020/003
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 97/2020

HIMALAIA REFRIGERAÇÃO E CONSERVAÇÃO EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.471.823/0001-03, por seu representante legal infra-assinado Sr. MARCOS ANTUNES, portador do CPF nº 970.166.167-20, CI nº 903.455/ES, vem, mui respeitosamente apresentar RECURSO ADMINISTRATIVO, em tempo hábil, à presença de Vossa Senhoria fim de

CONTESTAR

A decisão do digno Pregoeiro e Equipe Técnica, que ACEITOU e HABILITOU a empresa R.FIENI ENGENHARIA, conforme transcrito da ata disponibilizada abaixo:

Aceite 03/04/2020 16:24:46 Aceite individual da proposta. Fornecedor: R. FIENI ENGENHARIA, CNPJ/CPF: 97.529.389/0001-07, pelo melhor lance de R\$ 125.000,0000 e com valor negociado a R\$ 120.000,0000. Motivo: Valor negociado

Habilitado 03/04/2020 16:27:35 Habilitação individual da proposta. Fornecedor: R. FIENI ENGENHARIA, CNPJ/CPF: 97.529.389/0001-07, pelo melhor lance de R\$ 125.000,0000 e com valor negociado a R\$ 120.000,0000. Motivo: Os documentos habilitatórios foram analisados e estão de acordo com o edital.

DOS FATOS

Ao verificar as condições para participação no pleito em tela, deparou-se a mesma com a exigência formulada no item 11.11. Qualificação Técnica, que vem assim exigida:

11.11. Qualificação Técnica:

11.11.1. Registro ou inscrição da empresa licitante na entidade profissional competente, em plena validade.

11.11.2. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, relativamente à Qualificação Técnica, deverão comprovar, ainda, por meio de:

11.11.3. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

11.11.3.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a serviços executados com as seguintes características mínimas:

a) Comprovação de experiência em manutenção de equipamentos de ar condicionado tipo Self Contained superiores a 7,5 TRs.

b) Comprovação de experiência em manutenção de equipamentos de ar condicionado para refrigeração de ambientes críticos, Data Centers.

c) Comprovação de experiência em manutenção de equipamentos de ar condicionado através do serviço de Plantão 24 horas.

d) Comprovação de experiência mínima de 02 anos na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos de ar condicionado com fornecimento de peças, materiais,

ferramentas e equipamentos, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os 2 anos serem ininterruptos.

11.11.3.2. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

11.11.3.3. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

11.11.3.4. O LICITANTE DISPONIBILIZARÁ TODAS AS INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS À COMPROVAÇÃO DA LEGITIMIDADE DOS ATESTADOS APRESENTADOS, APRESENTANDO, DENTRE OUTROS DOCUMENTOS, CÓPIA DO CONTRATO QUE DEU SUPORTE À CONTRATAÇÃO, ENDEREÇO ATUAL DA CONTRATANTE E LOCAL EM QUE FORAM PRESTADOS OS SERVIÇOS. (GRIFO NOSSO)

11.11.4. Declaração conforme modelo contido no Anexo III deste Edital.

11.11.5. Declaração de que comprovará no momento da contratação, obrigatoriamente, sede, filial ou escritório na Região da Grande Vitória, que dê suporte operacional e administrativo à execução do contrato. Caso a licitante já disponha de matriz, filial ou escritório no local definido, deverá declarar a instalação/manutenção do escritório.

11.11.6. Declaração de realização de visita técnica emitida pelo BANDES.

11.11.7. Declaração conforme modelo contido no Anexo IV deste Edital, no caso de renunciar a realização de visita técnica.

Acertada foi a decisão na Recusa das empresas abaixo, pelo não atendimento as exigências editalícias.

Recusa 02/04/2020 15:14:16 Recusa da proposta. Fornecedor: MASTER CONECT MANUTENCAO ELETRONICA LTDA, CNPJ/CPF: 35.134.294/0001-29, pelo melhor lance de R\$ 63.200,0000. Motivo: Informamos que a licitante Master Conect Manutenção Eletrônica Ltda será desclassificada por não atender aos itens 11.11.3.1, 11.11.3.3, 11.11.3.4, 11.11.4, 11.11.5 e 11.11.7 do edital.

Recusa 02/04/2020 17:17:08 Recusa da proposta. Fornecedor: CETEST ES - MANUTENCAO E UTILIDADES LTDA, CNPJ/CPF: 32.469.645/0001-64, pelo melhor lance de R\$ 63.900,0000. Motivo: Informamos que a licitante CETEST ES - MANUTENÇÃO E UTILIDADES LTDA será desclassificada por não atender aos itens 11.11.4 e 11.11.6 do edital.

Constatamos que um dos itens para a recusa da empresa MASTER CONECT MANUTENÇÃO ELETRONICA LTDA, foi o não atendimento do item 11.11.3.4 (apresentação dentre os documentos a cópia do contrato que deu suporte à contratação para a legitimidade dos atestados apresentados, OUTROSSIM este mesmo item também NÃO foi atendido pela R.FIENI ENGENHARIA e a mesma foi considerada habilitada.

O Edital é claro e vincula todos os licitantes. É a lei da licitação no caso concreto, não sendo facultado à Administração usar de discricionariedade para desconsiderar determinada exigência do instrumento convocatório. O descumprimento das cláusulas constantes no mesmo implica a desclassificação da proposta ou inabilitação da licitante, pois, do contrário, estar-se-iam afrontando os princípios norteadores da licitação.

Em tal prol, ressalte-se lição do administrativista MARÇAL JUSTEN FILHO: "Depois de editado o ato convocatório, inicia-se a chamada fase externa da licitação. Os particulares apresentam as suas propostas e documentos, que serão avaliados de acordo com os critérios previstos na Lei e no ato convocatório. Nessa segunda fase, a Administração verificará quem, concretamente, preenche mais satisfatoriamente as condições para ser contratado. Também nessa etapa se exige

o tratamento isonômico. Trata-se, então, da isonomia na execução da licitação. Todos os interessados e participantes merecem tratamento equivalente.”

ESTAMOS TRATANDO DE UM DOCUMENTO QUE DEVERIA TER SIDO ANEXADO COM OS DEMAIS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, VIA SISTEMA, CONFORME EXIGIDO POR UM DISPOSITIVO DO EDITAL.

Note-se que, conforme as disposições editalícias do item 11.11 do Edital, é ônus da licitante apresentar os documentos de habilitação, sob pena de INABILITAÇÃO. Em havendo algum erro, intencional ou não, faz-se necessária a inabilitação do licitante, pois, sua conduta afronta os princípios basilares aplicados ao direito administrativo e, mais especificamente, com destaque aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo.

Como é consabido, aquele que participa da licitação tem o dever jurídico de atentar para todas as suas exigências. Com efeito, “aquele que não apresenta os documentos exigidos ou apresenta-os incompletos ou defeituosos descumpre seus deveres e deverá ser inabilitado”.

Sobre o tema, assevera JOSÉ DOS SANTOS CARVALHO FILHO: “A vinculação ao instrumento convocatório é garantia do administrador e dos administrados. Significa que as regras traçadas para o procedimento devem ser fielmente observadas por todos. Se a regra fixada não é respeitada, o procedimento se torna inválido e suscetível de correção na via administração ou judicial. O princípio da vinculação tem extrema importância. Por ele, evita-se a alteração de critérios de julgamento, além de dar a certeza aos interessados do que pretende a Administração. E se evita, finalmente, qualquer brecha que provoque violação à moralidade administrativa, à impessoalidade e à probidade administrativa. (...) Vedado à Administração e aos licitantes é o descumprimento das regras de convocação, deixando de considerar o que nele se exige, como, por exemplo, a dispensa de documento ou a fixação de preço fora dos limites estabelecidos.

Mesmo entendimento está no Regulamento de licitações e Contratos do BANDES.

CAPÍTULO I – DIRETRIZES GERAIS Art. 3º. As contratações são precedidas de licitação, ressalvadas as exceções previstas neste Regulamento, e destinam-se a assegurar a seleção da proposta mais vantajosa, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto, e a evitar operações em que se caracterize sobrepreço ou superfaturamento, observados os princípios da impessoalidade, da legalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, da economicidade, do desenvolvimento nacional sustentável, da vinculação ao instrumento convocatório, da obtenção de competitividade e do julgamento objetivo.

Também está previsto no mesmo Regulamento no artigo 28, inciso II, III e IV que compete à comissão de Licitação, Agente de Licitação ou Pregoeiro:

II - Receber, examinar e julgar as propostas conforme requisitos e critérios estabelecidos no instrumento convocatório;

III - Desclassificar propostas nas hipóteses previstas no instrumento convocatório;

IV - RECEBER E EXAMINAR OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, DE ACORDO COM OS REQUISITOS NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO.

Dessa forma, não há qualquer razão para ACEITAR e HABILITAR a empresa R. FIENE ENGENHARIA, visto que a mesma deixou de atender o instrumento convocatório, não restando outra alternativa a não ser a sua RECUSA.

E é na certeza de poder confiar na sensatez dessa Administração, assim como, no bom senso da autoridade que lhe é superior, que estamos interpondo nossas razões, as quais certamente serão deferidas, evitando assim, maiores transtornos.

Vitória/ES, 07 de abril de 2020

Himalaia Refrigeração e Conservação Eireli

CNPJ: 00.471.823/0001-03

Marcos Antunes

CPF nº 970.166.167-20